



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 22/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização do curso "APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO – A NOVA PREVIDÊNCIA – EC nº 103/2019", para uma turma de até 15 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O curso será realizado nos dias : 03 a 07 e 12/08/2020, sendo 4 horas ao dia, com uma carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade de Ensino telepresencial ao vivo, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada.

2.1 Dados da instituição promotora

Razão Social: HEXAGON - Assessoria e Consultoria em Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação LTDA

CNPJ: 07.305-943/0001-71

Endereço: SAUS Quadra 6 Bloco K, SN, Asa Sul - CEP 70070-915 - Brasília/DF

Contato: Helena

E-mail: hexagonconsultores@yahoo.com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tel: 61 98133-9216

Dados Bancários: Banco do Brasil – Agência 3598-X conta-corrente nº 112.430-7.

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento [0559243](#).

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas, Assessoria Jurídica e CCIA.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade:

Trata-se de capacitação registrada no Plano Anual de Capacitações 2020, sob n. 20200301, com objetivo de atualizar as equipes envolvidas no registro, análise e decisões sobre as novidades da averbação de tempo de serviço e aposentadorias especiais.

O conteúdo programático deste curso foi construído de forma a atender as reais necessidades dos servidores que lidam com a matéria, no tocante à atualização na legislação, especialmente a EC 103/2019, incluindo-se um módulo para questões polêmicas de averbação de tempo de serviço/contribuição.

Com o estudo das alterações e inovações legislativas ocorridas na área de concessão de Aposentadorias e Pensões, permite-se que o servidor treinado aplique os conhecimentos adquiridos na prática do relacionamento entre o órgão e seus servidores.

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

A capacitação em "Aposentadorias e Pensões no Serviço Público – a nova previdência" versa sobre aposentadoria e pensões no serviços público, atualizado conforme as últimas inovações legais em face da EC nº 103/2019. O conteúdo programático deste curso foi construído para atender reais necessidades de capacitação deste Regional na área de legislação de pessoal, inclusive destinando um módulo específico de averbação de tempo de serviço e contribuição.

A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pelo palestrante **João Afonso Ferreira Junior**, cuja formação e qualificações estão descritas em seu currículo (Evento [0559243](#)). Sua experiência como instrutor em treinamentos na área de legislação de pessoal e aposentadoria o qualificam como **notório especialista** na matéria. Também tem tido ótimas avaliações nos vários treinamentos ministrados por ele nesta área para os servidores deste Regional nos últimos anos. Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de turma de 15 servidores, em R\$ 1.526,66.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

Para a avaliação do custo proporcional ao benefício e compatibilidade de mercado, insere-se abaixo alguns cursos já contratados por este Regional

Capacitação	Ano	Nr. Participantes	Carga horária	Modalidade	Valor total
Previdência dos Servidores Público	2018	1	21	aberto a terceiros	R\$ 2.690,00
Questões Polêmicas de Legislação de Pessoal	2019	20	16	presencial in company	R\$ 26.800,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Capacitação	Ano	Nr. Participantes	Carga horária	Modalidade	Valor total
Pregão Avançado	2020	10	16	telepresencial ao vivo	R\$ 13.000,00
Aposentadoria e Pensões - Nova Previdência (em contratação)	2020	24	15	telepresencial ao vivo	R\$ 22.900,00

Considera-se também que os valores são compatíveis com os praticados para eventos dessa natureza. No entanto, faz-se necessário observar que o valor de contratação de cursos pode variar consideravelmente a partir de alguns parâmetros:

a) Se a capacitação é aberta ou fechada para público externo;

b) O número de participantes por turma. No caso de turma fechada o valor da contratação não altera muito em decorrência da quantidade de participantes.

c) Se a contratação é de pessoa física ou jurídica: impostos, lucro, custos operacionais como passagens aéreas, hospedagem e alimentação interferem no preço;

d) Agenda dos instrutores: a quantidade de eventos que o instrutor precisará bloquear para ficar disponível para o evento contratado promove uma espécie de concorrência, que interfere diretamente no preço;

e) Tempo de preparação: se o evento atende a um escopo já comum da empresa ou se será personalizado para atender às demandas do cliente. Se a preparação for a primeira ou exclusiva, o valor será bem diferente, posto que o palestrante terá o esforço inicial de pesquisa e organização dentro do tema;

f) O uso posterior do conteúdo: caso o contratado tenha expectativa de preparar o conteúdo para nosso regional e posteriormente aplicá-lo em outros eventos semelhantes, o custo poderá ser reduzido, pois o mesmo estará construindo, a partir desta experiência, um produto reaproveitável de mercado;

A simples verificação de preços não permitirá a identificação de cada um desses fatores nos cursos comparados, razão pela qual o melhor parâmetro é o histórico das contratações dentro do próprio TRE, tanto do palestrante em tela, quanto dos demais palestrantes. Por toda



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

essa combinação de fatores, tem-se que os valores apresentados para este evento encontram-se compatíveis com o mercado para este tipo de evento.

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais)

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

1 - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

2 - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

3 - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4 - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

5 - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

6 - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo ([0559243](#)), nos dias 03 a 07 e 12/08/2020.
2. Fornecer material didático e certificado, registrando a frequência dos participantes;
3. Fornecer tecnologia adequada e eficiente para a transmissão do curso ao vivo.
4. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 9, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 03 a 07 e 12/08/2020.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) a regularidade das aulas;
 - c) o cumprimento dos horários;
 - d) o fornecimento dos materiais, quando for o caso;
 - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) o cumprimento da carga-horária;
- b) a avaliação do evento pelos participantes;
- c) a emissão dos certificados;
- d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

- a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0559522](#), [0559599](#), [0559600](#) e [0559617](#)) portanto apta a contratar com a Administração Pública.
- b) Proposta (Evento [0559243](#)).



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 16/07/2020, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002044-32.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO: : INEXIGIBILIDADE – CURSO IN COMPANY – CURSO
“APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO – A NOVA
PREVIDÊNCIA – EC Nº 103/2019”

PARECER JURÍDICO Nº 145 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES (0538498) com vistas à contratação da empresa **HEXAGON – Assessoria e Consultoria em Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação LTDA**, CNPJ nº 07.305.943/0001-71, para a realização do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CURSO “APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO – A NOVA PREVIDÊNCIA – EC Nº 103/2019”, na modalidade de ensino telepresencial ao vivo, para 1 (uma) turma de até 15 (quinze) servidores, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas, nos dias 03 a 07 e 12/08/2020, sendo 4 (quatro) horas ao dia.

02. Na Solicitação de Contratação 10 ([0558758](#)), consta como solicitante a Secretária de Gestão de Pessoas – SGP e como unidade demandante a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE. O referido documento foi submetido à aprovação do secretário da SAOFC, o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar e o Projeto Básico da pretensa contratação, consoante Despacho nº 1139/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0559092](#)). Com isso, a COEDE elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 11 ([0559244](#)).

03. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta do treinamento elaborada pela empresa citada ([0559243](#)), regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0559522](#)), Receita Federal ([0559599](#)), Justiça do Trabalho ([0559600](#)) e CNJ ([0559617](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública. O conteúdo programático e a data do curso encontram-se descritos na proposta comercial da empresa e no Projeto Básico 22 ([0559684](#)).

04. Conforme item 4 do Projeto Básico 22/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0559684](#)), dimensionou-se o valor total do curso em **R\$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais)**. A unidade realizou a avaliação de custo proporcional ao benefício e a compatibilidade com o mercado, tomando-se como parâmetro os valores praticados para atividades de capacitação neste Tribunal, concluindo que o valor está compatível com os praticados para eventos desta natureza.

05. Verifica-se que consta no referido Projeto Básico a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, dispensa de garantia, prazo de execução, indicação da COEDE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos, documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa.

06. A SEDES encaminhou, por e-mail ([0560143](#)), o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente que atestou sua concordância ao referido documento, conforme e-mail constante no evento ([0560189](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. O secretário da SGP dá continuidade ao procedimento contratação remetendo os autos à SAOFC e ciência da deflagração ao Juiz Diretor da EJE (Despacho nº 203/2020 – PRES/DG/SGP/GABSGP - [0560814](#)). Por ora o secretário da SAOFC remeteu os autos à COMAP para análise do Projeto Básico citado, à COFC para programação orçamentária, e a esta AJDG para emissão de parecer jurídico, conforme Despacho nº 1174/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSSAOFC ([0561143](#)).

08. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO nº 004/2008, em análise formal, verificou que o PB, complementado pela proposta da empresa, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei nº 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à proponente ([0561858](#)).

09. Na Remessa nº 288 ([0562134](#)), a Coordenadora da COMAP direciona os autos a COFC para programação orçamentária da possível despesa e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

10. A COFC procedeu a Programação Orçamentária no valor de em **R\$ 22.900,00(vinte e dois mil e novecentos reais)**, indicando o Pré-Empenho nº 2020PE0000075, para custear a futura demanda da unidade, oportunidade na qual informou estar a despesa pretendida pela Administração adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0562360](#)).

11. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13 VI DA LEI Nº 8.666/93.

12. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original).

13. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

14. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração a contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original).

15. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

16. Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Sobre este requisito, veja-se a lição de Jacoby:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

18. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (Acórdão TCU nº 1568/2003 – 1ª Câmara):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

19. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração da singularidade, tão somente para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo art. 25, § 1º da Lei nº 8.666/93, *verbis*:**

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

20. Referida comprovação, por sua vez, também atende à recomendação contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

Decisão TCU nº 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

21. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do Ministro Eros Grau, proferido nos autos da Ação Penal AP 348/SC.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666/93.

22. Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei nº 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

23. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto Básico 22 (0559684), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

III – DA CONCLUSÃO

24. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

a) pela possibilidade da **contratação direta com a empresa HEXAGON – Assessoria e Consultoria em Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação LTDA, CNPJ nº 07.305.943/0001-71**, para a realização do CURSO "APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO – A NOVA PREVIDÊNCIA – EC Nº 103/2019", na modalidade telepresencial ao vivo, para 1 turma de até 15 (quinze) servidores, com carga horária total de 24 (vinte) horas, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei nº 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU nº 439/1998-Plenário**; e,

b) pela regularidade do Projeto Básico 22 ([0559684](#)), visto estar de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei nº 8.666/93**, no que for aplicável, podendo ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos (0560189).

26. O valor total do curso, orçado em **R\$ 22.900,00**, cobre um público de 15 (quinze) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se preencher o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, portanto recomenda-se que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos nos eventos **o número total de vagas contratadas para servidores**, tudo com fulcro no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

27. Por fim, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c MP nº 961, de 06 de maio de 2020). Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

Submete-se às consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 24/07/2020, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 24/07/2020, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002044-32.2020.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (SEDES)

ASSUNTO: CURSO *IN COMPANY* – “APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO – A NOVA PREVIDÊNCIA – EC Nº 103/2019”.

DESPACHO Nº 1146 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES (0538498), com vistas à contratação da empresa especializada para a realização do curso de **Aposentadoria e Pensões no Serviço Público - A Nova Previdência - EC 103/2019**, para uma turma de até 15 participantes, na modalidade telepresencial, em cumprimento à demanda registrada no Plano Anual de Capacitação 2020, sob nº 20200301.

Em cumprimento ao Despacho 1139 ([0559092](#)) e, em observância ao inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, a unidade demandante (SEDES) elaborou o Estudo Técnico Preliminar e o Projeto Básico n. 22/SEDES (eventos [0559244](#) e [0559684](#)).

A empresa **HEXAGON – Assessoria e Consultoria em Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação LTDA**, CNPJ nº 07.305.943/0001-71, apresentou proposta no valor de **R\$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais)**, para a realização do CURSO “APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO – A NOVA PREVIDÊNCIA – EC Nº 103/2019”, na modalidade de ensino telepresencial ao vivo, para 1 (uma) turma de até 15 (quinze) servidores, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas, nos dias de 03 a 07 e 12/08/2020, sendo 4 (quatro) horas ao dia ([0559243](#)). A programação do curso está descrita na proposta comercial da empresa ([0559243](#)).

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a comprovação da regularidade fiscal da empresa com o FGTS ([0559522](#)), Receita Federal ([0559599](#)), Justiça do Trabalho ([0559600](#)) e CNJ ([0559617](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

O Secretário da SGP encaminhou os autos à SAOFC para continuidade dos atos de contratação ([0560814](#)).

Recebido o feito, o titular da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC despachou à Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, para análise do Projeto Básico, à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COFC, para programação orçamentária da possível despesa e à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para emissão de parecer jurídico ([0561143](#)).

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0561858](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais) para custear a despesa ([0562360](#)).

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, mediante o Parecer Jurídico nº 145/2020 ([0562912](#)), opinou pela possibilidade da contratação direta com a referida empresa, para a realização do curso em questão por inexigibilidade de licitação; pela regularidade do Projeto Básico; pela dispensa da formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93; e pela desnecessidade de publicação na imprensa oficial para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, com base no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011, haja vista que o valor da contratação estaria aquém do patamar da dispensa legal. A Assessoria recomendou ainda que, por se tratar de curso fechado, feito por encomenda e com custo previamente acertado, cabe a este Regional se empenhar no intuito de inscrever no evento o número máximo de servidores.

Por fim, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação, com fulcro inc. IX do art. 57 da Res. TRE/RO nº 06/2015, e se manifestou no mesmo sentido da AJDG ([0563544](#)). Assim, vieram os autos para deliberação.

A Lei Geral de Licitações e Contratos, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, disciplina as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) de licitação. Dessa forma, tratando-se de intenção da Administração em contratar serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal – situação definida pela 8.666/93 em ser art. 13, inc. VI – tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no inciso II do art. 25.

Contudo, a regra legal não é genérica, pois estabelece expressamente as situações para as quais entende ser inexigível a dispensa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações, devendo, para qualificar tais serviços, serem atendidos dois requisitos gerais: a) natureza singular; e b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização.

Verifica-se demonstrada, pelos elementos trazidos aos autos, a singularidade do evento, visto que o referido curso visa atender uma necessidade específica desta Justiça Especializada. Bem como a notória especialização do profissional a ser contratado.

Ademais, mesmo tratando-se de capacitação que pode ser contratada diretamente, o parágrafo único do artigo 26 da Lei 8.666/93 determina a observância de alguns requisitos legais, aplicáveis a todas as contratações diretas, veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

As exigências previstas nos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame, já a escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória pela justificativa exposta nos itens 3 e 4 do PB ([0559684](#)).

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Eleitoral, estabelecido pela Resolução do TSE n. 22.572/07 e com o Plano Anual de Capacitação de 2020, registrado sob o número 20200301, conforme informado pela Chefe da SEDES no item 3.1 do Projeto Básico.

Cabe registrar, que embora se trate de serviço, será dispensada a formalização de contrato, o qual será substituído pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual, bem como



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que as regras da contratação encontram-se previstas no Projeto Básico 22 (0559684) encaminhado, via e-mail, à proponente para ciência (eventos 0560143 e 0560189).

Diante do exposto e, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta esta Diretoria Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC e descrita no artigo 25, II da Lei n. 8.666/93, e

1 - Aprova o ETP nº 11/2020 - SEDES (0559244) e o Projeto Básico nº 22/2020 - SEDES (0559684), porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, I e art. 14 da Lei n. 8666/93.

2 - Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda da Decisão do TCU n. 439/98-Plenário;

3 - Adjudica o objeto à empresa HEXAGON – Assessoria e Consultoria em Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 07.305.943/0001-71 e **autoriza a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor de R\$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais)**, condicionada a sua regularidade fiscal nos termos do item 13 do Projeto Básico; e

4 - Determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao princípio da publicidade, uma vez a contratação foi estimada em patamar inferior ao estipulado para a hipótese de dispensa de licitação (art. 24, II da Lei 8.666/93), com valores atualizados pela Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 28/07/2020, às 21:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 26 da Lei 8.666/93. Contratada: HEXAGON - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 07.305-943/0001-71. Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização do curso "APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO – A NOVA PREVIDÊNCIA – EC nº 103/2019", para uma turma de até 15 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O curso será realizado nos dias : 03 a 07 e 12/08/2020, sendo 4 horas ao dia, com uma carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade de Ensino telepresencial ao vivo, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada. Fundamento Legal: Art. 25, inciso II c/c inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 22.900,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA 33.90.39-48, Nota de Empenho nº 2020NE000502, de 29/07/2020. Justificativa: Necessidade de capacitação de Servidores do TRE/RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico n. 145, de 24/07/2020, por MAIARA SALES DO CASAL – CPF nº 003.550.682-22, Analista Judiciário e ratificado por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA - CPF nº 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho Nº 1146/2020 - PRES/DG/GABDG, de 28/07/2020, assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF nº 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo: SEI nº 0002044-32.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 04/08/2020, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.